

José Manuel Henriques

**Professor Auxiliar do Departamento
de Economia da escola de Ciências Sociais
e Humanas do ISCTE-IUL**

Nota Introdutória

José Manuel Henriques

O aprofundamento das experiências e da reflexão em torno da Economia Social e Solidária têm concorrido para uma aproximação crescente com as perspectivas para a acção com origem nas propostas do Desenvolvimento Regional «Endógeno» conforme formulados a partir do início dos anos 80 na Europa. Por um lado, pelo reconhecimento crescente da relevância do contexto territorial na concretização das formas de Economia Social e Solidária. Por outro lado, pelo reconhecimento crescente dessas formas para a realização do «potencial endógeno» às unidades territoriais a partir de formas de «motivação endógena» na defesa do «interesse territorial». Está em causa a concretização da capacidade de iniciativa e organização da acção coletiva na concretização de propósitos de desenvolvimento não redutíveis à promoção do crescimento económico.

Na intersecção entre estes domínios se encontram múltiplas possibilidades para a inovação social nas condições contemporâneas. A crise cria oportunidades para a aceitação de novos olhares orientados para a superação da insuficiência

ou desadequação das formas de acção mais correntes. Ambas as perspectivas assentam no reconhecimento da relevância da «intencionalidade» na acção humana individual e colectiva e no reconhecimento da qualidade das relações interpessoais como condição para a acção coletiva. Ambas as perspectivas assentam também numa interpretação da economia «real» não redutível ao «mercado» nem à acção estatal e no reconhecimento do carácter insubstituível do estado não só na garantia das condições que contrariem o carácter autodestrutivo do «mercado» mas também na acção para a capacitação, redistribuição e realização de direitos dos cidadãos.

Está em causa a «inovação social» na concretização de novas formas de organização das condições materiais para a satisfação das necessidades humanas quando a acentuação da pobreza, do desemprego e da desprotecção social coexistem com a insuficiência ou desadequação das formas de resposta correntes ou com prioridades para a contenção da despesa pública em que não lhes é reconhecida relevância adequada.

*

João Ferrão introduz um tema de grande actualidade no debate sobre a «coesão territorial» ao propor uma reflexão sobre a relevância de formas de governança local orientada por valores no reforço das vantagens competitivas de pequenas e médias empresas. Analisa a proposta recente apresentada por autores italianos de aprofundar o conceito de «responsabilidade social territorial». Trata-se de um conceito usado tendo como referência regiões com predomínio de pequenas e médias empresas e com forte capital social. O artigo reconhece o interesse potencial do conceito de «responsabilidade social territorial» mas sugere que a sua utilização possa ganhar mais sentido se constituir uma via para introduzir novas preocupações éticas associadas à promoção da inovação social ao nível local.

*

Maria de Fátima Ferreira, Sérgio Lagoa e Licínio Pina introduzem um tema ilustrativo da relevância potencial do aprofundamento da relação entre a Economia Social e Solidária e o Desenvolvimento Regional e também de grande actualidade para o debate sobre a «coesão territorial». Analisam o papel de uma instituição financeira de natureza cooperativa na promoção do Desenvolvimento Rural. Discutem com a sua análise como se pode configurar o papel da iniciativa local numa abordagem territorializada do desenvolvimento e como por essa via se poderá vir ao encontro do aprofundamento da reflexão contemporânea sobre a concretização de objectivos de coesão territorial a nível europeu.

*

Manuela Silva introduz a relevância da perspectiva oferecida pela Economia Social para analisar os desafios contemporâneos que se colocam às empresas convencionais. Discute o conceito de Economia Social e mostra a vantagem de que possa ser alargado a todo o tipo de entidades, incluindo as empresas que concorrem no mercado e cuja racionalidade se não oriente prioritariamente para a remuneração do capital. O artigo salienta nestes casos a necessidade de considerar todas as partes que integram a empresa, nomeadamente, trabalhadores, clientes, fornecedores, Estado, e a própria sociedade em que está inserida. O artigo procura mostrar como os princípios que inspiram a economia social constituem um importante antídoto para ultrapassar a presente crise e como a economia social poderá oferecer uma alternativa real ao actual modelo económico e podendo contribuir para a democratização da economia.

*

Alberto Melo reflecte sobre o vivido da evolução das suas percepções e da suas aprendizagens no domínio da «economia política». Discute a relação entre a economia e a política quando, conforme sublinha, é dogma do «catecismo económico» dos nossos dias que a economia deva estar totalmente emancipada da política e deixada à «mão invisível do mercado». Chama a atenção para a situação difícil em que se encontram as sociedades contemporâneas no que respeita à paz entre os povos, ao bem-estar das pessoas e à protecção do ambiente, devido ao processo acelerado de empobrecimento e enriquecimento de muitos.

*

Este número inclui também sob a forma de artigo uma síntese da dissertação de mestrado de Susana Godinho. A autora introduz a reflexão sobre modos possíveis de superar deficits de competências no domínio da Economia Social e Solidária. Mostra na sua dissertação como a aprendizagem contínua nas organizações da economia social e solidária em Portugal deveria merecer um lugar estratégico para a sua consolidação mas mostra também como esse reconhecimento é ainda incipiente. A dissertação discute como a aprendizagem contínua deve ser inerente ao «modo de estar» dos profissionais destas organizações e mostra como o desenvolvimento de parcerias de aprendizagem e a criação de recursos coletivos poderão desempenhar um lugar central para o desenvolvimento de competências estratégicas orientadas para a sustentabilidade destas organizações.

*

Roberta Schwambach, participante do Mestrado em Economia Social e Solidária (ISCTE-IUL) discute no seu ensaio, preparado no quadro das suas actividades académicas, a natureza do dinheiro no contexto contemporâneo de crise económica e financeira. Mostra o carácter convencional do dinheiro e como este resulta de um acordo entre os membros de uma comunidade para servir de referência na realização

de trocas. Situa aí a análise da emergência de novas formas de moedas («moedas paralelas», «moedas sociais», etc.) com a intenção de amenizar os problemas advindos da escassez. O ensaio discute aspectos de experiências da Áustria e da Argentina e concentra-se na experiência brasileira do Conjunto Palmeiras (Banco Palmas), Fortaleza, onde foi aprofundado um modelo de desenvolvimento local integrando a criação de uma «moeda social», o «Palmas». O ensaio mostra como o Banco Palmas criou um sistema integrado de créditos em que alia as potencialidades do microcrédito à consolidação de empreendimentos solidários de natureza local e como usa «moeda social» para impulsionar o consumo e produção local gerando um círculo virtuoso na economia local.

Finalmente, este número inclui ainda uma nota de leitura da responsabilidade de Jordi Estivill sobre o livro «Adeu Capitalisme.15M-2031», da autoria do economista catalão Jordi Garcia Jané.

21 de Setembro de 2012